

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS

Estado de Minas Gerais

SUPERVISOR EDUCACIONAL

CONCURSO PÚBLICO
01/2025

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG e Caneta.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição, que contém **30 (trinta) questões e 01 (uma) Proposta de Redação**.
- φ A prova terá duração de **3h30 (três horas e trinta minutos)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h00 (uma hora)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Ao término da prova, entregue ao Fiscal as Folhas de Respostas e de Redação assinadas.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Em hipótese alguma haverá substituição das Folhas de Respostas ou Redação. Não rasure, amasse ou dobre estes documentos.
Os campos reservados para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados para avaliação
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

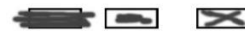
FOLHA DE RESPOSTAS (PROVA OBJETIVA)

- φ Você deve assinar a Folha de Respostas da Prova Objetiva. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na Folha de Respostas da Prova Objetiva somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



FOLHA DE REDAÇÃO

- φ Você deve assinar a tira destacável. Confira os seus dados (Nome e Identidade) e assine no campo indicado para assinatura.
Apenas ao término da prova o Fiscal destacará a tira destacável.
- φ É vedado o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material que possa identificar sua redação.
- φ Caso o candidato erre algum trecho na transcrição do texto, deverá fazer apenas um risco (traço) sobre a(s) palavra(s) errada(s) e prosseguir com o texto.
- φ A redação deverá ser manuscrita, em LETRA LEGÍVEL, com caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Os campos reservados para a Redação serão os únicos válidos para a avaliação. A redação deverá ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

BOA PROVA !



IPEFAE

LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões de 01 a 02



Numa pensão frege-moscas, o caminhoneiro que ganhava uma nota alta com contrabando se incomoda com a comida ruim, uns anões hóspedes e, principalmente, o som insistente de saxofone vindo de um quarto. O moço do saxofone ensaia o dia todo, enquanto a mulher o engana até com o papagaio. A música melancólica persiste, solitária, apesar de tudo no lugar.

Fonte: Análise do conto “O moço do saxofone”, Lygia Fagundes Telles (1966). Disponível em <http://pescandolettras.blogspot.com/2012/03/analise-do-conto-o-moco-do-saxofone.html>

Q. 01

No texto, o som do saxofone é descrito como “insistente”, sugerindo que o instrumentista

- (A) vive alheio às traições da esposa e ao ambiente degradante da pensão.
- (B) demonstra indiferença profissional pelo caminhoneiro irritado.
- (C) busca notoriedade tocando para os anões hóspedes.
- (D) compõe músicas alegres para contrastar com a pensão.

Q. 02

A persistência da música do saxofone configura-se como elemento que

- (A) rompe o isolamento do moço, integrando-o à comunidade da pensão.
- (B) realça a solidão do personagem central do conto.
- (C) provoca a saída do caminhoneiro do local insuportável.
- (D) simboliza a prosperidade do contrabandista narrador.



Texto para as questões de 03 a 04



[...]

As palavras, que outrora lhe fluíam com a naturalidade de um rio em despenhadeiro — agora resistiam em brotar —, traíam-no na angústia maior: a suspeita de que tudo o que produzira fora mentira.

BOTELHO, Verônica. *O Inverno do Coronel*. São Paulo: Editora Aqualume, 2024. P. 25

Q. 03

Na estrutura “As palavras, que outrora lhe fluíam com a naturalidade de um rio em despenhadeiro — agora resistiam em brotar —, traíam-no”, assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à concordância verbal:

- (A) Os travessões isolam uma oração inserida na sequência, e o verbo “resistiam” concorda com o sujeito plural “palavras”.

- (B) Os travessões equivalem a vírgulas explicativas, mas “resistiam” deveria ser singular por atração do verbo principal “traíam”.
- (C) A construção “com a naturalidade de um rio em despenhadeiro” poderia ser reescrita, sem alteração de sentido e com correção gramatical, da seguinte forma: “a naturalidade de um rio em despenhadeiro”; e os travessões marcam inserção parentética incorreta.
- (D) “Fluíam” exige sujeito explícito, pois o pronome “lhe” é objeto direto; os travessões substituem incorretamente parênteses.

Q. 04

Considerando “a suspeita de que tudo o que produzira fora mentira”, é correto afirmar que

- (A) “Fora” está no singular por concordância com “tudo”, e há termo na 3ª pessoa do singular implícito como sujeito do verbo “produzira”, em “o que produzira”.
- (B) A oração “de que tudo... fora” é adjetiva explicativa, separável por vírgula; e “fora” exige plural “foram” pela concordância com o coletivo “tudo”.
- (C) “Produzira” atrai “fora” para o mais-que-perfeito, violando a concordância com o sujeito “tudo o que”.
- (D) O verbo “ser” (“fora”) concorda com “mentira”, mas deveria pluralizar-se por prolixidade do complemento.



Texto para as questões de 05 a 06



Observe o trecho:

Maria encontrou a sacola no chão — palma da mão doía do corte —, esperava o ônibus após o trabalho à patroa, quando surgiu-lhe a lembrança de que assistira, na véspera, àquele filme de que tanto lhe falaram. “Aquele puta, aquela negra safada estava com os ladrões!”, gritou a voz, e lincharam-na até o sangue jorrar.

Conto “Maria”, Conceição Evaristo. Disponível em [scribd.com/document/349757324/Conto-Maria-Conceicao-Evaristo](https://www.scribd.com/document/349757324/Conto-Maria-Conceicao-Evaristo)

Q. 05

Sobre pronomes e coesão no texto, analise as assertivas:

- I. “À patroa” exige crase por fusão de preposição “a” (após “trabalho”) com artigo “a” (“patroa”, palavra feminina).
- II. O pronome “a” em “lincharam-na” retoma “Maria”, garantindo coesão anafórica e evitando repetição.
- III. “Aquele” em “aquele puta” é demonstrativo de reforço depreciativo, coeso com o contexto de ódio originado na multidão.
- IV. “A voz” é sujeito indeterminado; sem pronome oblíquo, quebra a coesão referencial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.



Q. 06

Na sequência "*Maria encontrou a sacola no chão — palma da mão doía do corte —, esperava o ônibus após o trabalho à patroa, quando surgiu-lhe a lembrança de que assistira, na véspera, àquele filme de que tanto lhe falaram*", é correto analisar que

- (A) "Doía" personifica "palma" (coesão metafórica), mas há erro de regência em "à patroa": o substantivo "trabalho", pela sua regência, exige a preposição "de".
- (B) "Surgiu-lhe" emprega pronome oblíquo átono corretamente como complemento indireto, porém "de que tanto lhe falaram" apresenta regência inadequada, pois "falar", nesse contexto, exige a preposição "a".
- (C) Os travessões isolam e destacam estrutura explicativa coesa; a expressão "àquele filme" exige o uso do acento indicador de crase.
- (D) "Esperava" quebra a coesão referencial ao retomar "mão" em vez de "Maria"; "de que tanto lhe falaram" está correto quanto à regência, mas "àquele filme" não admite o acento indicador de crase, pois "aquele" não comportar artigo definido.

MATEMÁTICA**Q. 07**

No âmbito do programa "Prefeitura Sem Papel", foi instituído um decreto municipal regulamentando a tramitação de documentos. O Artigo 5º desse decreto estabelece a seguinte premissa universal: "Todo processo administrativo classificado como 'eletrônico' deve, obrigatoriamente, ser protocolado via sistema digital." Durante uma auditoria de conformidade, identificou-se o Processo n.º 145, que possui a classificação oficial de eletrônico".

Considerando estritamente as regras do decreto e a classificação do referido processo, a auditoria conclui corretamente que:

- (A) O processo n.º 145 pode ter sido protocolado fisicamente devido a uma exceção.
- (B) O processo n.º 145 foi protocolado via sistema digital.
- (C) Nenhum processo eletrônico é passível de protocolo digital.
- (D) O processo n.º 145 não possui validade administrativa.

Q. 08

Visando a preparação do município para receber um evento internacional de turismo, o Departamento de Recursos Humanos realizou um mapeamento de competências linguísticas entre os 120 servidores lotados no Paço Municipal. O relatório final indicou que, desse total, 60 servidores possuem fluência em inglês e 45 possuem fluência em espanhol. O relatório destaca ainda que 20 desses servidores são bilíngues, possuindo fluência em ambos os idiomas (inglês e espanhol).

Para fins de planejamento de novas capacitações, o gestor precisa identificar o número de servidores que não possuem fluência em nenhum dos dois idiomas citados. Esse número corresponde a:

- (A) 15
- (B) 25
- (C) 35
- (D) 40



Q. 09

O Manual de Controle Interno da Prefeitura estabelece fluxos de trabalho para a aprovação de contas. Uma das regras de validação diz: “Se o relatório financeiro possuir inconsistências de cálculo, então ele deve retornar imediatamente ao setor técnico para correção.” Além disso, o Manual prevê que relatórios também podem retornar por outros motivos administrativos. O Diretor Financeiro recebeu a notificação de que um determinado relatório retornou ao setor técnico na data de hoje.

Do ponto de vista da lógica formal aplicada à análise de processos, ao saber que o relatório retornou, o Diretor pode concluir corretamente que:

- (A) O relatório pode possuir inconsistências ou ter retornado por outro motivo previsto em norma.
- (B) O relatório não possui inconsistências de cálculo.
- (C) O relatório necessariamente possui inconsistências de cálculo.
- (D) A regra do Manual de Controle Interno é logicamente inválida.

Q. 10

O Código de Obras do município estabelece critérios objetivos para a concessão de alvarás de construção. A norma técnica resume-se na seguinte proposição condicional: “Se o parecer ambiental for técnico e o processo documental estiver completo, então o pedido de alvará será deferido.” Um empreendedor recebeu a notificação oficial de que seu pedido de alvará não foi deferido.

Considerando a lógica das proposições compostas, a justificativa correta para o indeferimento, baseada na negação da premissa original, é que necessariamente:

- (A) O parecer ambiental não foi técnico.
- (B) O processo documental não estava completo.
- (C) O parecer ambiental foi técnico, mas o processo estava incompleto.
- (D) O parecer ambiental não foi técnico ou o processo documental não estava completo.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Q. 11

Análise as informações abaixo sobre recursos disponíveis no *Microsoft Word*.

- I. Aplica às páginas de um documento um *layout* de retrato ou paisagem.
- II. Acrescenta um “texto fantasma” atrás do conteúdo de uma página de um documento.

As informações I e II referem-se, respectivamente, aos seguintes recursos:

- (A) Ditar e Suplementos.
- (B) Idioma e Etiquetas.
- (C) Orientação de Página e Marca d'Água.
- (D) Tabela e Cabeçalho.

Q. 12

No *Microsoft Word*, o recurso que permite criar automaticamente um conjunto de documentos personalizados (como cartas ou etiquetas) a partir de uma única fonte de dados é o(a):

- (A) Referência Cruzada.
- (B) Quebra de Seção.
- (C) Controle de Alterações.
- (D) Mala Direta.

Q. 13

| | A | B | C | D |
|----|--------------------|-----------|---|---|
| 1 | Cidade | População | | |
| 2 | Amparo do Serra | 4.574 | | |
| 3 | Andradas | 42.501 | | |
| 4 | Cachoeira de Pajeú | 9.347 | | |
| 5 | Araxá | 118.786 | | |
| 6 | Baependi | 18.782 | | |
| 7 | Cana Verde | 5.342 | | |
| 8 | Candeias | 14.211 | | |
| 9 | Entre Folhas | 5.295 | | |
| 10 | Miravânia | 3.982 | | |
| 11 | Santa Luzia | 230.382 | | |

A imagem apresenta um fragmento de uma planilha elaborada no *Microsoft Excel*, que contém a população de algumas cidades do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, considere o seguinte:

- Na célula C1 será digitada uma fórmula para encontrar a média da população, considerando apenas as cidades com menos de 10.000 habitantes.
- Na célula D1 será digitada uma fórmula para encontrar as 3 maiores populações.

Logo, as fórmulas que serão digitadas, respectivamente, nas células C1 e D1 são:

- (A) =MÉDIA(B2:B11;"<10000") e =MAIOR(B2:B11;3)
- (B) =MÉDIASE(A2:B11;">10000") e =MAIOR(A2:B11;SEQUÊNCIA(1,2,3))
- (C) =MÉDIASE(B2:B11;"<10000") e =MAIOR(B2:B11;SEQUÊNCIA(3))
- (D) =MÉDIA(B2:B11) e =MÁXIMO(B2:B11;{1;2;3})

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Q. 14

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ao entender que para o ser humano não ser compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão, considera ser essencial que os direitos humanos:

- (A) sejam pautas de políticas públicas que valorizem a comunidade.
- (B) sejam protegidos pelo império da lei
- (C) estejam nas grades curriculares escolares de todos os níveis do ensino regular.
- (D) por sua natureza, corrobore com todas as práticas violadoras da dignidade humana.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Q. 15

Em uma escola pública da rede municipal de Minas Gerais, a equipe gestora tem buscado reorganizar as práticas pedagógicas à luz das diretrizes estabelecidas pela política educacional do estado. O Supervisor Pedagógico, ao analisar os resultados das avaliações externas e internas, percebeu a necessidade de alinhar o planejamento docente às metas institucionais, considerando tanto os indicadores oficiais quanto as especificidades socioculturais da comunidade escolar.

Durante reuniões pedagógicas, surgiram questionamentos sobre o papel do Supervisor diante das normativas nacionais e estaduais que orientam a educação básica. Parte da equipe compreende sua função apenas como acompanhamento burocrático de documentos, enquanto outros defendem uma atuação mais articuladora, envolvendo mediação pedagógica, acompanhamento do currículo e integração entre as políticas públicas e o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Considerando a legislação educacional brasileira e as diretrizes da política educacional de Minas Gerais, assinale a alternativa que expressa corretamente a função do Supervisor Pedagógico no contexto da educação básica.

- (A) O Supervisor Pedagógico exerce função predominantemente administrativa, limitando-se ao



controle documental e ao cumprimento formal das normas estabelecidas pelos órgãos centrais.

- (B) O Supervisor Pedagógico atua como mediador do processo pedagógico, articulando as diretrizes da legislação nacional e estadual ao Projeto Político-Pedagógico, promovendo acompanhamento formativo e melhoria das práticas escolares.
- (C) O Supervisor Pedagógico é responsável exclusivo pela elaboração do currículo escolar, definindo conteúdos e metodologias de forma autônoma em relação às orientações legais vigentes.
- (D) O Supervisor Pedagógico deve priorizar exclusivamente os resultados das avaliações externas, reorganizando o trabalho docente apenas em função dos indicadores quantitativos.

Q. 16

Em uma escola pública, a equipe docente vivencia tensões decorrentes de mudanças nas diretrizes curriculares e na organização do trabalho pedagógico. Parte dos professores demonstra resistência às propostas de reorganização do planejamento coletivo, alegando que tais mudanças descaracterizam práticas historicamente consolidadas na instituição. Ao mesmo tempo, a comunidade escolar reivindica maior participação nas decisões pedagógicas e maior alinhamento entre as ações da escola e as demandas sociais do território.

Diante desse cenário, o Supervisor Pedagógico tem participado de reuniões com professores, direção e representantes da comunidade, buscando mediar conflitos, promover reflexão sobre as finalidades educacionais da escola e articular as orientações das políticas públicas com a cultura institucional já existente. O desafio consiste em equilibrar tradição e inovação, preservando a identidade da escola sem comprometer os princípios educacionais mais amplos que orientam a educação básica.

Considerando as relações entre cultura escolar, políticas educacionais, organização pedagógica e atuação do Supervisor Pedagógico, assinale a alternativa que expressa uma atuação coerente com as finalidades educacionais e com a gestão democrática da escola.

- (A) O Supervisor deve priorizar a manutenção das práticas tradicionais da escola, evitando interferências que possam gerar conflitos entre os diferentes atores sociais.
- (B) O Supervisor deve implementar integralmente as políticas educacionais vigentes, independentemente das especificidades culturais e históricas da instituição escolar.
- (C) O Supervisor deve atuar como mediador crítico, articulando políticas públicas, cultura escolar e organização pedagógica, promovendo participação coletiva e reflexão sobre as finalidades educativas.
- (D) O Supervisor deve concentrar sua atuação na orientação individual dos professores, desvinculando sua prática das discussões sobre identidade institucional e projeto coletivo.

Q. 17

Em uma escola situada na periferia urbana, os resultados das avaliações internas indicaram baixo desempenho em leitura e resolução de problemas matemáticos. Paralelamente, observou-se alta rotatividade de estudantes, fragilidade na participação familiar e dificuldades no planejamento coletivo entre os docentes. A equipe gestora solicitou ao Supervisor Pedagógico a elaboração de um diagnóstico institucional que subsidiasse a reformulação das propostas pedagógicas.

Durante o processo, surgiram divergências sobre a finalidade do diagnóstico. Alguns defendiam a aplicação de instrumentos padronizados para identificação de lacunas de aprendizagem, enquanto outros argumentavam que seria necessário compreender as condições históricas, sociais e culturais que atravessam a realidade escolar. O desafio colocado ao Supervisor era não apenas levantar dados, mas transformá-los em ações pedagógicas coerentes com o contexto, evitando soluções genéricas ou descoladas das especificidades institucionais.

Considerando os fundamentos teóricos que orientam a ação supervisora e a elaboração de diagnósticos institucionais na educação básica, assinale a alternativa que expressa uma compreensão adequada da intencionalidade do diagnóstico e de sua operacionalização em propostas pedagógicas contextualizadas.

- (A) O diagnóstico deve priorizar indicadores quantitativos de desempenho, pois são os únicos dados capazes de fundamentar intervenções pedagógicas objetivas e neutras.
- (B) O diagnóstico institucional constitui etapa técnica de levantamento de dados, sendo a definição das propostas pedagógicas responsabilidade exclusiva da equipe docente.
- (C) O diagnóstico deve ser compreendido como processo investigativo crítico, que articula dados quantitativos e qualitativos, identifica determinações estruturais e orienta a construção coletiva de intervenções contextualizadas.
- (D) O diagnóstico deve concentrar-se nas dificuldades individuais dos estudantes, organizando propostas de reforço escolar desvinculadas da análise da organização pedagógica da instituição.



Q. 18

Em uma escola de ensino fundamental, a equipe pedagógica iniciou a revisão de sua organização curricular após identificar que as metodologias utilizadas em sala estavam centradas predominantemente na exposição oral e na memorização de conteúdos. Durante as reuniões, alguns professores defenderam a manutenção do modelo tradicional, alegando que ele facilita o controle da turma e a organização do tempo didático. Outros argumentaram que as práticas deveriam ser revistas para favorecer maior participação dos estudantes e desenvolvimento de habilidades cognitivas mais complexas.

O Supervisor Pedagógico propôs que a discussão partisse das concepções de aprendizagem que fundamentam as escolhas metodológicas e curriculares da escola. Considerando a relação entre concepções de aprendizagem e organização curricular, assinale a alternativa que expressa corretamente essa articulação no contexto da prática pedagógica.

- (A) A organização curricular independe das concepções de aprendizagem, pois o currículo é definido exclusivamente por normas legais e documentos oficiais.
- (B) As concepções de aprendizagem influenciam apenas as estratégias de avaliação, não interferindo na seleção e organização dos conteúdos curriculares.
- (C) A adoção de metodologias expositivas garante, por si só, coerência entre currículo e aprendizagem, independentemente da concepção pedagógica adotada.
- (D) Concepções de aprendizagem que valorizam a construção ativa do conhecimento tendem a orientar práticas pedagógicas participativas e organização curricular flexível.

Q. 19

Em uma escola pública de ensino fundamental situada em um município de médio porte, a equipe gestora tem enfrentado pressões decorrentes da divulgação recente dos resultados das avaliações externas. A secretaria municipal de educação solicitou a elaboração de um plano de intervenção pedagógica com metas objetivas de melhoria nos indicadores educacionais, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

O Supervisor Pedagógico, ao analisar os dados apresentados, percebe discrepâncias entre os resultados das avaliações em larga escala e as avaliações internas realizadas pelos docentes. Enquanto os registros escolares indicam progressão satisfatória dos estudantes, os indicadores externos apontam fragilidades persistentes em determinadas competências. A situação gerou tensões entre professores, gestão e comunidade escolar.

Durante reunião pedagógica, surgiram diferentes interpretações sobre o papel das avaliações nacionais, estaduais e municipais no cotidiano escolar. Parte do corpo docente defendeu que os resultados externos não refletem integralmente o contexto sociocultural dos estudantes, enquanto outros argumentaram que tais

indicadores são importantes instrumentos de diagnóstico e planejamento.

O Supervisor Pedagógico, ao assumir a mediação do debate, considerou que a análise dos resultados deveria articular-se ao Projeto Político-Pedagógico da escola, às concepções de aprendizagem adotadas e às políticas públicas de acompanhamento e avaliação. Ao mesmo tempo, reconheceu que a responsabilização institucional exige ações concretas e fundamentadas tecnicamente.

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A utilização de resultados de avaliações em larga escala como instrumento de gestão exige análise contextualizada, cruzamento com avaliações internas e compreensão das matrizes de referência, evitando práticas reducionistas voltadas exclusivamente ao treinamento para testes, sob pena de comprometer a intencionalidade formativa do processo educativo.
- II. As avaliações nacionais, estaduais e municipais possuem finalidades idênticas e operam com os mesmos referenciais teórico-metodológicos, razão pela qual seus resultados podem ser comparados diretamente sem necessidade de considerar diferenças de matriz, escala de proficiência ou desenho amostral.
- III. O desempenho de professores não pode ser analisado exclusivamente com base nos resultados dos estudantes em avaliações externas, devendo integrar múltiplos instrumentos, como observação da prática pedagógica, participação no projeto político-pedagógico e indicadores qualitativos de desenvolvimento profissional.
- IV. A articulação entre avaliação curricular e avaliação institucional implica compreender que os processos avaliativos devem orientar a revisão de metas, práticas pedagógicas e organização do trabalho escolar, desde que estejam alinhados às diretrizes legais e às políticas públicas vigentes.
- V. A responsabilização decorrente dos resultados das avaliações externas implica autonomia plena da escola para redefinir currículo, critérios de promoção e parâmetros avaliativos, independentemente das normativas dos sistemas de ensino aos quais está vinculada.

Assinale a alternativa que contém apenas as afirmativas corretas.

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.



Q. 20

Em uma escola pública de ensino fundamental, a equipe gestora identificou, por meio dos resultados das avaliações internas e externas, que havia grande disparidade no desempenho dos estudantes entre as turmas do mesmo ano escolar. Além disso, observou-se que os planejamentos docentes estavam organizados com pouca articulação entre áreas do conhecimento e ausência de critérios comuns para seleção e organização dos conteúdos.

Diante desse cenário, o Supervisor Pedagógico propôs a realização de reuniões coletivas com os professores para reavaliar o currículo praticado na escola, tomando como referência documentos orientadores nacionais. O objetivo era alinhar as práticas pedagógicas, promover maior integração entre as áreas e assegurar que o trabalho desenvolvido contemplasse dimensões formativas mais amplas, para além da mera transmissão de conteúdos.

Considerando os princípios e fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua relação com a organização do trabalho pedagógico na escola, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem um currículo mínimo obrigatório e uniforme, que deve ser seguido integralmente por todas as escolas do país, sem possibilidade de adequações locais.
- (B) Os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam a organização curricular com base em competências, valores e temas transversais, respeitando a diversidade sociocultural e a autonomia das escolas na construção de seu projeto pedagógico.
- (C) Os Parâmetros Curriculares Nacionais determinam que a avaliação escolar deve ocorrer exclusivamente por meio de provas padronizadas externas, como forma de garantir a qualidade do ensino.
- (D) Os Parâmetros Curriculares Nacionais substituem o projeto político-pedagógico da escola, tornando desnecessária a elaboração coletiva de diretrizes próprias no âmbito institucional.

Q. 21

Em uma escola de ensino fundamental, a equipe gestora percebeu que as orientações pedagógicas propostas pela supervisão estavam sendo interpretadas de maneiras distintas pelos professores. Enquanto alguns docentes incorporavam as sugestões em seus planejamentos de forma crítica e reflexiva, outros as executavam de modo meramente burocrático, sem diálogo com a realidade da turma ou com o projeto político-pedagógico da instituição.

Durante as reuniões pedagógicas, surgiram tensões relacionadas à autonomia docente, às formas de organização do currículo e às decisões coletivas sobre avaliação. O Supervisor Pedagógico passou, então, a observar não apenas os resultados das ações implementadas, mas também as relações estabelecidas entre os sujeitos, os sentidos atribuídos às orientações e os condicionantes institucionais que influenciavam as práticas desenvolvidas.

Considerando as categorias de análise utilizadas para compreender as práticas pedagógicas da ação supervisora nas relações sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) A compreensão das práticas da supervisão exige considerar mediação, intencionalidade, contexto histórico-social e relações de poder presentes na escola, articulando dimensões pedagógicas e políticas do trabalho educativo.
- (B) A análise da ação supervisora deve concentrar-se exclusivamente na verificação do cumprimento técnico do planejamento, pois as dimensões relacionais e institucionais não interferem na prática pedagógica.
- (C) A ação supervisora pode ser analisada de forma neutra e objetiva, desvinculada das concepções de aprendizagem e das finalidades educacionais assumidas pela instituição escolar.
- (D) As práticas da supervisão devem ser avaliadas apenas pelos resultados quantitativos de desempenho dos estudantes, pois esses indicadores expressam integralmente a qualidade do trabalho pedagógico.



Q. 22

Em uma escola da rede pública mineira, o processo de revisão do Projeto Político-Pedagógico evidenciou tensões entre os resultados das avaliações externas, as orientações curriculares oficiais e as práticas consolidadas no cotidiano escolar. Parte do corpo docente defendia maior alinhamento aos indicadores de desempenho, enquanto outro grupo argumentava que tal direcionamento poderia reduzir a complexidade da formação dos estudantes.

O Supervisor Pedagógico, ao analisar os planos de ensino, identificou que a organização dos conteúdos ocorria de forma predominantemente fragmentada, com pouca articulação entre áreas e escassa problematização da realidade social dos alunos. Diante disso, propôs um redimensionamento metodológico que articulasse critérios epistemológicos, finalidades educacionais e compromissos sociais da escola pública, sem desconsiderar as exigências das políticas de avaliação vigentes.

Considerando os fundamentos críticos de organização curricular, a função articuladora da supervisão pedagógica e as relações entre políticas de avaliação e intencionalidade formativa, assinale a alternativa que expressa a proposta metodológica mais consistente para orientar a seleção e organização dos conteúdos curriculares nesse contexto.

- (A) Reorganizar os conteúdos a partir de matrizes avaliativas oficiais, adotando-as como eixo estruturante do currículo, e posteriormente inserir projetos interdisciplinares complementares para contemplar dimensões formativas não mensuráveis.
- (B) Estruturar o currículo com base na progressão lógica interna das áreas do conhecimento, assegurando coerência epistemológica disciplinar, ainda que isso limite articulações interdisciplinares sistemáticas.
- (C) Definir conteúdos prioritários a partir de problemáticas sociais relevantes, articulando-os a conceitos estruturantes das áreas do conhecimento e organizando-os em eixos integradores que expressem as finalidades formativas do Projeto Político-Pedagógico.
- (D) Selecionar conteúdos com base na experiência acumulada dos docentes e na cultura institucional da escola, valorizando práticas consolidadas como critério principal de legitimidade curricular.

Q. 23

Em uma escola municipal de ensino fundamental, a equipe docente passou por mudanças significativas no início do ano letivo. Novos professores foram contratados e o planejamento anual precisou ser reorganizado em função de alterações no calendário escolar e nas metas institucionais. Diante desse cenário, a direção solicitou ao Supervisor Pedagógico que conduzisse encontros formativos para alinhar práticas e fortalecer o trabalho coletivo.

Durante as reuniões, observou-se que parte dos professores compreendia a supervisão apenas como instância de fiscalização, enquanto outros a reconheciam como espaço de apoio pedagógico e mediação de

conflitos. A diversidade de percepções impactou a dinâmica do grupo e exigiu posicionamento claro quanto às atribuições profissionais do supervisor.

Ao acompanhar o planejamento das turmas, o Supervisor Pedagógico identificou dificuldades na articulação entre objetivos de aprendizagem, estratégias metodológicas e instrumentos avaliativos. Alguns docentes apresentavam planos individualizados, sem conexão com o projeto institucional da escola.

Considerando o perfil profissional do Supervisor Pedagógico e sua atuação na organização do trabalho na escola, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Supervisor Pedagógico exerce função de articulação entre direção, professores e demais atores escolares, promovendo a integração do trabalho pedagógico e contribuindo para a construção coletiva de metas e estratégias alinhadas ao projeto institucional da escola.
- II. A atuação do Supervisor Pedagógico restringe-se ao controle burocrático de planejamentos e registros escolares, sendo vedada sua participação em processos formativos ou na mediação de conflitos pedagógicos entre docentes.
- III. Entre as atribuições do Supervisor Pedagógico está o acompanhamento do planejamento docente, incentivando a coerência entre objetivos, metodologias e avaliação, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.
- IV. A organização do trabalho escolar é responsabilidade exclusiva da direção, cabendo ao Supervisor Pedagógico apenas executar decisões previamente definidas, sem participação nos processos de análise e proposição pedagógica.
- V. O perfil profissional do Supervisor Pedagógico envolve competências técnicas e relacionais, incluindo liderança pedagógica, capacidade de escuta e promoção do trabalho colaborativo no ambiente escolar.

Assinale a alternativa que contém apenas as afirmativas corretas.

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.



Q. 24

Em uma escola municipal de educação básica, a equipe gestora identificou dificuldades recorrentes na articulação entre planejamento curricular, acompanhamento das aprendizagens e definição de metas institucionais. Embora o Projeto Político-Pedagógico prevísse princípios de participação coletiva e avaliação contínua, as práticas cotidianas revelavam fragmentação entre as decisões administrativas e as ações pedagógicas desenvolvidas nas salas de aula.

Durante o processo de revisão anual do planejamento escolar, o Supervisor Pedagógico propôs a reorganização das instâncias de discussão interna, defendendo que a construção das metas e dos instrumentos de acompanhamento deveria considerar não apenas os resultados quantitativos, mas também as condições concretas de ensino, o perfil dos estudantes e os objetivos formativos definidos pela escola. Parte da equipe questionou como integrar esses elementos sem comprometer a objetividade dos processos avaliativos.

À luz dos fundamentos da organização, gestão e avaliação na educação básica, assinale a alternativa que expressa a estratégia mais adequada para consolidar uma forma integrada de organização e avaliação escolar.

- (A) Estabelecer metas exclusivamente baseadas em índices de rendimento escolar, priorizando dados estatísticos como principal critério de planejamento institucional.
- (B) Separar os momentos de planejamento pedagógico das discussões sobre avaliação institucional, evitando sobreposição de funções na organização escolar.
- (C) Adotar modelos prontos de gestão escolar utilizados por instituições com alto desempenho, independentemente das especificidades da comunidade atendida.
- (D) Construir coletivamente indicadores qualitativos e quantitativos de acompanhamento, articulando-os às finalidades educativas definidas no Projeto Político-Pedagógico.

Q. 25

Em uma escola pública mineira, os resultados das avaliações externas dos últimos três anos indicaram oscilações significativas no desempenho dos estudantes, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Diante desse cenário, a equipe gestora passou a discutir estratégias de reorganização do trabalho pedagógico, buscando maior articulação entre planejamento, acompanhamento das práticas docentes e análise sistemática dos indicadores educacionais.

O Supervisor Pedagógico foi convocado a conduzir reuniões formativas com os professores, revisar instrumentos de monitoramento do processo de ensino e propor encaminhamentos alinhados às diretrizes da rede estadual. Entretanto, surgiram divergências quanto ao alcance de sua atuação, especialmente no que se refere à autonomia docente, à responsabilização pelos resultados e à interpretação das normativas educacionais vigentes.

Paralelamente, a Secretaria de Estado de Educação instituiu mecanismos de acompanhamento institucional, estabelecendo metas vinculadas ao desempenho escolar e à consolidação do Projeto Político-Pedagógico (PPP). A escola passou a receber orientações técnicas periódicas e a registrar evidências de execução das ações planejadas.

Parte do corpo docente passou a questionar se as intervenções propostas pelo Supervisor Pedagógico deveriam priorizar o cumprimento das metas estabelecidas externamente ou a construção coletiva de estratégias pedagógicas contextualizadas à realidade sociocultural dos estudantes. Nesse contexto, emergem tensões entre gestão democrática, responsabilização institucional e mediação técnico-pedagógica.

Considerando os textos apresentados, a legislação educacional nacional, as diretrizes da política educacional do Estado de Minas Gerais e os conhecimentos discutidos na disciplina, analise as afirmativas a seguir.

- I. À luz da legislação nacional da educação básica e das normativas da rede estadual de Minas Gerais, o Supervisor Pedagógico exerce função articuladora entre políticas públicas educacionais e o cotidiano escolar, sendo responsável por promover a implementação do Projeto Político-Pedagógico de forma alinhada às diretrizes oficiais, sem prejuízo da gestão democrática prevista na legislação.
- II. Conforme os princípios constitucionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Supervisor Pedagógico possui competência legal para definir unilateralmente as metodologias de ensino dos docentes, sempre que houver metas de desempenho estabelecidas pelos sistemas de avaliação externa, ainda que isso restrinja a autonomia pedagógica do professor.
- III. No contexto da política educacional mineira, o acompanhamento dos resultados das avaliações externas integra o processo de gestão pedagógica, cabendo ao Supervisor analisar indicadores, propor intervenções formativas e articular estratégias coletivas, sem reduzir sua atuação a mera fiscalização administrativa ou controle burocrático.
- IV. De acordo com a legislação nacional vigente, o Supervisor Pedagógico é o profissional juridicamente responsável exclusivo pelos resultados de aprendizagem aferidos em avaliações nacionais e estaduais, sendo-lhe atribuída, inclusive, a função de responder administrativamente pelo desempenho dos estudantes.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas.

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.



Q. 26

Em uma escola municipal, a equipe pedagógica identificou que o Projeto Político-Pedagógico havia sido elaborado há mais de cinco anos e não refletia mais as transformações ocorridas no perfil dos estudantes e nas demandas da comunidade. Apesar disso, o documento continuava sendo citado formalmente em reuniões e relatórios, sem que houvesse um acompanhamento sistemático de suas metas e ações.

O Supervisor propôs iniciar um processo de revisão coletiva do documento, envolvendo professores, equipe gestora e representantes da comunidade escolar. A proposta incluía momentos de escuta, análise da realidade institucional, redefinição de prioridades e estabelecimento de estratégias de acompanhamento das ações planejadas.

Considerando os princípios da organização, gestão e avaliação na educação básica, assinale a alternativa que expressa uma ação coerente do Supervisor Pedagógico no processo de elaboração e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

- (A) Atualizar o documento apenas para atender às exigências da secretaria de educação, mantendo sua função prioritariamente formal e administrativa.
- (B) Elaborar um novo documento com base em modelos padronizados da rede, reduzindo a participação coletiva para garantir maior agilidade no processo.
- (C) Conduzir um diagnóstico participativo da realidade escolar, articulando metas, ações e mecanismos de avaliação contínua vinculados às finalidades educacionais.
- (D) Delegar exclusivamente aos professores a responsabilidade pela reformulação do projeto, limitando a atuação da supervisão à revisão textual final.

Q. 27

Em uma escola estadual, o Supervisor Pedagógico foi provocado por um grupo de professores a discutir a ampliação da jornada escolar para além das quatro horas diárias. Alguns docentes defendiam que a escola deveria manter apenas o tempo mínimo tradicional, enquanto outros argumentavam que a ampliação poderia favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes.

Durante a reunião, também surgiram questionamentos sobre a obrigatoriedade de matrícula, a organização das etapas da educação básica e a responsabilidade do poder público na garantia do acesso e permanência dos alunos na escola. Diante dessas dúvidas, a equipe decidiu retomar os dispositivos legais que estruturam a educação básica no país para fundamentar suas decisões.

Com base nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sobre a organização da educação básica, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação básica é facultativa, cabendo às famílias decidir livremente sobre a matrícula das crianças e adolescentes no ensino fundamental.
- (B) A carga horária mínima anual da educação básica deve ser organizada em, no mínimo, 200 dias letivos de trabalho escolar.

- (C) A ampliação progressiva da jornada escolar é proibida, pois a LDB fixa limite máximo de quatro horas diárias para o ensino fundamental.
- (D) A educação infantil não integra a educação básica, sendo considerada etapa preparatória sem obrigatoriedade legal.

Q. 28

Em uma escola pública estadual de Minas Gerais, a equipe gestora enfrenta desafios relacionados à reorganização do projeto político-pedagógico (PPP), especialmente diante de mudanças nas diretrizes educacionais e das demandas apresentadas pelos resultados das avaliações externas. O Supervisor Pedagógico tem sido convocado a mediar discussões entre professores, direção e comunidade escolar, buscando alinhar práticas pedagógicas às exigências normativas e às necessidades reais dos estudantes.

Durante as reuniões pedagógicas, surgem divergências quanto à autonomia da escola para definir currículos, critérios de avaliação e estratégias de acompanhamento da aprendizagem. Alguns docentes defendem maior flexibilidade curricular, enquanto outros argumentam que as normativas nacionais impõem limites claros à organização do ensino. Nesse contexto, cabe ao Supervisor interpretar a legislação vigente e orientar tecnicamente a equipe, evitando decisões baseadas apenas em opiniões ou experiências isoladas.

Paralelamente, a Secretaria de Educação do estado reforça a necessidade de monitoramento sistemático dos indicadores de desempenho escolar e da execução do PPP, articulando políticas de avaliação institucional com processos de formação continuada. A equipe escolar passa a discutir se tais mecanismos representam controle externo ou instrumentos de aprimoramento da qualidade social da educação.

Nesse cenário, a atuação do Supervisor Pedagógico exige compreensão aprofundada da legislação educacional, capacidade de análise crítica das políticas públicas e habilidade para integrar dimensões administrativas e pedagógicas. As decisões tomadas impactam diretamente a organização do trabalho docente, a garantia do direito à educação e a efetivação dos princípios que regem a educação básica no país.

Considerando os textos apresentados e a legislação educacional brasileira — especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura às instituições de ensino autonomia pedagógica e administrativa, porém condiciona essa autonomia ao cumprimento das normas gerais da educação nacional e às diretrizes dos respectivos sistemas de ensino, não se tratando de liberdade absoluta para definir currículo e avaliação.
- II. De acordo com a LDB, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico é responsabilidade exclusiva do diretor escolar, cabendo ao Supervisor Pedagógico apenas acompanhar sua execução,



sem participação na construção coletiva ou na articulação com o sistema de ensino.

- III. A LDB estabelece que a avaliação do rendimento escolar deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, o que exige da supervisão pedagógica a orientação de práticas avaliativas coerentes com essa concepção legal.
- IV. A legislação determina a padronização nacional obrigatória dos currículos da educação básica, vedando aos sistemas de ensino e às escolas qualquer possibilidade de diversificação curricular ou contextualização regional.
- V. Nos termos da LDB, a gestão democrática do ensino público constitui princípio da educação nacional, devendo ser regulamentada pelos sistemas de ensino, o que implica a participação de profissionais da educação na elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas.

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e V, apenas.
- (C) I, III e V, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.

Q. 29

Em uma escola pública de ensino fundamental, a equipe gestora iniciou um processo de revisão curricular após orientações da Secretaria de Educação para adequação às diretrizes nacionais vigentes. O Supervisor Pedagógico organizou encontros formativos com os professores, buscando alinhar os planejamentos anuais às aprendizagens consideradas essenciais, sem desconsiderar as especificidades socioculturais da comunidade escolar.

Durante as discussões, surgiram dúvidas sobre até que ponto a escola poderia reorganizar conteúdos, metodologias e critérios avaliativos, considerando as exigências nacionais e a autonomia pedagógica prevista na legislação. Parte da equipe demonstrou receio de que a reorganização implicasse engessamento curricular, enquanto outros compreenderam o processo como oportunidade de fortalecer a intencionalidade pedagógica e a progressão das aprendizagens.

Paralelamente, os resultados de avaliações externas indicaram dificuldades recorrentes dos estudantes em determinadas habilidades. A equipe passou a debater se o foco deveria recair na ampliação de conteúdos ou no aprofundamento das competências já previstas nos documentos normativos. O Supervisor, ao mediar o diálogo, destacou a necessidade de coerência entre o projeto político-pedagógico, o currículo da rede e os referenciais nacionais.

Nesse contexto, emergiu a necessidade de compreender não apenas a organização formal do currículo, mas também os fundamentos que orientam a definição das aprendizagens essenciais, a progressão ao longo das etapas da educação básica e a articulação entre conhecimentos, competências e práticas pedagógicas.

Considerando os fundamentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), analise as afirmativas a seguir.

- I. A BNCC define aprendizagens essenciais organizadas por competências e habilidades, estruturadas de modo progressivo ao longo das etapas da educação básica, exigindo que os currículos dos sistemas e das escolas se alinhem a essas referências, sem excluir a parte diversificada prevista na legislação.
- II. A BNCC substitui integralmente os currículos das redes de ensino, tornando desnecessária a elaboração de documentos curriculares próprios pelos sistemas estaduais e municipais, uma vez que estabelece detalhadamente todos os conteúdos a serem trabalhados em cada ano escolar.
- III. A organização da BNCC fundamenta-se na noção de competência como mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho, repercutindo na forma de planejar, ensinar e avaliar.
- IV. A BNCC estabelece que a avaliação da aprendizagem deve basear-se prioritariamente em exames padronizados nacionais, sendo esses os únicos instrumentos legítimos para verificar o desenvolvimento das competências previstas no documento.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas.

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.



Q. 30

Em uma escola estadual, a equipe gestora identificou, por meio de registros pedagógicos e reuniões de acompanhamento, que havia inconsistências na progressão das aprendizagens dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental I. Alguns demonstravam domínio de determinados conteúdos, mas apresentavam dificuldades em mobilizar conhecimentos em situações-problema que exigiam interpretação, argumentação e tomada de decisão.

Durante o processo de revisão do planejamento anual, o Supervisor Pedagógico observou que os planos de ensino estavam organizados majoritariamente por listagem de conteúdos e objetivos específicos, com pouca explicitação das aprendizagens essenciais esperadas ao final de cada etapa. Além disso, verificou-se que as estratégias avaliativas priorizavam a memorização em detrimento da aplicação contextualizada do conhecimento, gerando debates sobre a necessidade de reorientação do trabalho pedagógico à luz das diretrizes curriculares nacionais.

Considerando os fundamentos da BNCC e as atribuições da supervisão pedagógica na organização do trabalho escolar, assinale a alternativa que melhor expressa uma intervenção adequada diante da situação apresentada.

- (A) Promover a reorganização dos planos de ensino com foco na explicitação das competências e habilidades a serem desenvolvidas, articulando-as às práticas avaliativas coerentes com a mobilização de conhecimentos em diferentes contextos.
- (B) Recomendar a manutenção da organização curricular vigente, orientando os docentes a intensificar exercícios de fixação para garantir maior retenção dos conteúdos previstos.
- (C) Determinar a substituição imediata dos materiais didáticos adotados pela escola, priorizando coleções que apresentem maior quantidade de atividades objetivas e questões de múltipla escolha.
- (D) Estabelecer avaliações padronizadas internas com base exclusiva em conteúdos conceituais, visando uniformizar o desempenho dos estudantes entre as turmas.

**GABARITO RASCUNHO**

| | | |
|----|----|----|
| 1 | 11 | 21 |
| 2 | 12 | 22 |
| 3 | 13 | 23 |
| 4 | 14 | 24 |
| 5 | 15 | 25 |
| 6 | 16 | 26 |
| 7 | 17 | 27 |
| 8 | 18 | 28 |
| 9 | 19 | 29 |
| 10 | 20 | 30 |

Seu futuro passa por aqui!

www.ipefae.org.br



PROPOSTA DE REDAÇÃO

TEXTO I

Como os brasileiros avaliam o serviço público no País

Quase metade dos brasileiros estão insatisfeitos com a qualidade do serviço público. É o que mostra uma pesquisa realizada pela Atlas Intel com o Instituto República sobre a necessidade de uma reforma administrativa no País.

Se por um lado os dados apontam que o servidor não é visto como um “vilão”, por outro, a pesquisa indica que há vários pontos que podem ser melhorados com a reforma administrativa para aumentar o grau de satisfação da população com o serviço público.

“Existe a percepção evidente de valor do serviço público. Não vemos uma demanda para acabar com o serviço público, o servidor não é vilão. Mas, ao mesmo tempo, é muito clara a percepção de que existem oportunidades para melhoria de eficiência”, diz o CEO da Atlas, Andrei Roman.

De acordo com a sondagem, 27% dos brasileiros estão insatisfeitos com a qualidade do serviço público do País, enquanto 19% estão muito insatisfeitos - ou seja, quase metade está insatisfeita. Por outro lado, 19% estão satisfeitos e 9% estão muito satisfeitos.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/economia/reforma-administrativa-veja-13-graficos-como-brasileiros-avaliam-servico-publico/?srsltid=AfmBOop88qQwOEjqakJstZVSF7CUBGi8LcVe7-OLdnVyhYYgq9zbXYy/> (adaptado).

TEXTO II

Brasileiros apoiam estabilidade e avaliação de servidores, aponta pesquisa

A maior parte dos brasileiros apoia avaliação e a estabilidade dos servidores e consideram a profissionalização do funcionalismo público como meio para o combate à corrupção. Esse cenário é o que mostra pesquisa Datafolha encomendada pelo Movimento Pessoas à Frente.

O levantamento, realizado com mais de 2 mil pessoas em todo o país, mostra que 94% apoiam a avaliação constante de desempenho de servidores, com recompensas ou responsabilizações, e 74% acreditam que a profissionalização do serviço público é um instrumento para combater a corrupção e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

“Os resultados da pesquisa mostram que a sociedade brasileira tem a compreensão de que uma boa gestão de desempenho dos servidores públicos reflete diretamente em melhores serviços prestados à população. Ou seja, quanto mais preparados os servidores públicos estiverem, melhores resultados eles poderão entregar ao país”, afirma Jessika Moreira, diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente.

Fonte: <https://www.jota.info/executivo/brasileiros-apoiam-estabilidade-e-avaliacao-de-servidores-aponta-pesquisa/>.

TEXTO III

Desafios relacionados à valorização do servidor público

Sociedade

- Há uma visão muito negativa e distorcida do serviço público.
- A imprensa tem um papel importante nessa narrativa negativa sobre o servidor público.
- A sociedade não sabe cobrar e muitas vezes é clientelista.
- Há, especialmente atualmente, um foco em austeridade com o serviço público, mesmo que o Estado brasileiro, comparativamente, não seja grande.
- A sociedade tem uma expectativa quanto ao serviço público que não é atendida, e isso também influencia negativamente a opinião pública. No entanto, há também um desconhecimento por parte da sociedade sobre o serviço público e o trabalho do servidor.
- Muitas vezes a culpa de problemas na qualidade dos serviços não é dos servidores, mas eles são responsabilizados pela sociedade.

Fonte: <https://republica.org/emnotas/conteudo/valorizar-servidor-nao-se-resume-a-remuneracao/> (adaptado).

Com base nos textos apresentados e em seu próprio repertório construído ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, utilizando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

“AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO COMO CAMINHOS PARA ELEVAR A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL”

INSTRUÇÕES

- φ Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.
- φ Dê um título à sua redação.
- φ O texto deve ser escrito conforme à norma culta de escrita da língua portuguesa;
- φ A redação deverá ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas;
- φ SERÁ DESCONSIDERADA redação em forma de verso;
- φ Deverá ser escrita em **letra legível** e, obrigatoriamente, com caneta esferográfica azul ou preta;
- φ Para fins de correção, serão desconsiderados os escritos no **verso** da Folha de Redação como também os escritos na Folha Rascunho.



